

Analisando a estrutura de posse escrava para a compreensão de um plano insurrecional escravo na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)

Wagner de Azevedo Pedroso¹

Durante a festividade do Divino Espírito Santo, mais exatamente em 24 de maio de 1863, na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, quando parte da elite local e de sua população estavam envolvidas com seus preparativos, que alguns escravos de diversos senhores tinham outros planos para além da festa. Nazário, um “mulato” de uns 28 anos, escravos de Francisco Antônio Maciel, aproveitando-se “do ajuntamento que a festa do Espírito Santo fez reunir [...]”², para dar as primeiras providências ao aliciamento de um grupo de escravos, que conforme os relatos, buscavam “brigar com os brancos para os brancos largarem os negros e ficarem forros”³.

O plano de levante acabou por ser delatado por algum escravo que não teria aderido ao planejamento. Assim como diversas outras tentativas de levante ocorridas no Brasil, esta também foi suprimida pelas autoridades locais.

Quadro 1 - Réus absolvidos e condenados no processo crime

Nome	Senhor	Conclusão
Aniceto	Januário Gomes Pahim	Absolvido
Antonio	Francisco Antonio Maciel	Condenado
Bento	Francisco Antonio Maciel	Condenado
Claudino	André Machado Moraes Sarmiento	Absolvido
Feliciano	Antonio Pahim de Andrade	Absolvido
Jose	Innocente Ferreira Maciel	Condenado
Luis	Jose Antônio Alves	Condenado
Manoel Capitão	Francisco Antonio Maciel	Morreu na cadeia
Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel	Absolvido
Mateus	Manoel José de Barcellos	Absolvido
Quinto	Antonio Pahim de Andrade	Absolvido
Salvador	André Machado Moraes Sarmiento	Absolvido

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

O plano insurrecional parece ter envolvido diversos escravos de diversas escravarias, conforme o processo-crime tivemos vinte e seis cativos apontados como envolvidos no plano de levante, estes pertencentes a dezenove senhores da Aldeia dos Anjos, além de diversos outros que foram citados nos interrogatórios e não foram encontrados pelas autoridades.

¹ Professor Prefeitura Municipal de Montenegro e Orientador Educacional SENAC-RS, Mestre em História pela UFRGS. wagbaco@gmail.com

² Mandado de citação de testemunhas do processo-crime de insurreição. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 2v. Todas as citações do processo foram atualizadas para o português atual.

³ Interrogatório de Luís, escravo de José Antônio Alves, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 14 f.

Areia⁴. Além da capital, a Aldeia dos Anjos estava rodeada por outras localidades importantes da Província, tais como Santo Antônio da Patrulha, Viamão e São Leopoldo (Mapa 1). Com relação à ligação da Freguesia com Santo Antônio da Patrulha, destacamos a chamada estrada do Mundo Novo, caminho importante que também possibilitava a ligação entre a povoação da Aldeia dos Anjos e a região de Santa Cristina do Pinhal.

A Aldeia dos Anjos, na época do planejamento insurrecional, era uma das seis freguesias rurais do município de Porto Alegre⁵, sendo uma das mais populosas junto com a Freguesia de Viamão, tanto em número total de habitantes, quanto em número total de escravos (Tabela 1). Os escravos representavam 25,8% (1.391) da população da Aldeia dos Anjos pelo censo do ano de 1858 e 19,8% (1.161) pelo “Quadro geral da população da Paróquia” presente no censo do ano de 1872. Se considerarmos o quadro de idades presente no mesmo censo de 1872 (Tabela 2) teremos que a população da Aldeia dos Anjos não teria reduzido em 230 cativos, pelo contrário teria aumentado em 59 cativos, mantendo o percentual escravo inalterado em 25,8%. Os dados deste quadro parecem se aproximar mais com os números que vem sendo apresentados por Thiago Araújo ao usar os dados da matrícula de escravos dos anos de 1872/73 para questionar os dados do censo de 1872.

Temos então que a Aldeia dos Anjos era uma freguesia localizada próxima a capital (Porto Alegre) e de outras localidades importantes da Província o que a tornava um local de passagem de pessoas que saíam ou que chegavam a capital, assim como era uma das freguesias mais populosas do município de Porto Alegre, tanto em número total de habitantes como de escravos. A partir deste momento passaremos, para entender o contexto histórico do plano insurrecional da Aldeia dos Anjos, a analisar os inventários *post-mortem* da localidade para visualizarmos os produtos, os escravos e a riqueza da freguesia.

⁴ Conforme Sérgio da Costa Franco, estas vias seriam atualmente a rua 24 de outubro, que corresponderia “basicamente ao traçado da estrada que se dirigia à Freguesia da Aldeia dos Anjos (Gravataí), e que era por isso conhecida como *Estrada da Aldeia*”, a avenida Benjamin Constant, que “não passava de um dos segmentos da estrada que se dirigia a Gravataí” e a avenida Assis Brasil, que era “um segmento da velha Estrada da Aldeia dos Anjos que desde o século XVIII ligou a vila de Porto Alegre à Freguesia de Aldeia dos Anjos de Gravataí”. (FRANCO; 1992: 46, 69 e 434).

⁵ Conforme material da FEE (Fundação de Economia e Estatística) o município de Porto Alegre, no ano de 1860, era composto pela capital da Província (Porto Alegre) e mais seis freguesias: Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia (Gravataí), Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro), São Sebastião do Caí, Viamão e Santa Cristina do Pinhal. Fundação de Economia e Estatística. *Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981, p.36. Mas pelos dados apresentados pelo mapa de 1858, a população de Santa Christina do Pinhal foi considerada como pertencente ao município de São Leopoldo e a população da localidade do Caí foi acrescida ao município de Triunfo. Já no período do censo imperial do ano de 1872, a cidade era composta por sete Freguesias: Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, Nossa Senhora do Belém, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos d'Aldeia e Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas (Guaíba), sendo as quatro primeiras as freguesias urbanas do município.

Tabela 1 – População por condição dos municípios da Província e das Freguesias de Porto Alegre, 1858/1872

Municípios	1858 ⁽¹⁾					1872 ⁽²⁾					Matrícula 1872-1873 ⁽³⁾		
	Livres e Libertos		Escravos		Total	Livres e Libertos		Escravos		Total	Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	
Porto Alegre	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	35.843	81,5	8.155	18,5	43.998	8.970	20,0	44.813
Freguesias de Porto Alegre													
Zona Urbana	13.468	72,7	5.070	27,3	18.538	23.025	83,4	4.593	16,6	27.618	----	----	----
Aldeia dos Anjos	3.996	74,2	1.391	25,8	5.387	4.694	80,2	1.161	19,8	5.855	----	----	----
Viamão	3.553	69,4	1.569	30,6	5.122	5.329	77,3	1.564	22,7	6.893	----	----	----
Picada	211	83,7	41	16,3	252	NC	NC	NC	NC	NC	----	----	----
Pedras Brancas	509	59,5	346	40,5	855	2.795	77,0	837	23,0	3.632	----	----	----
Barra	689	64,0	387	36,0	1.076	NC	NC	NC	NC	NC	----	----	----
Total	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	35.843	81,5	8.155	18,5	43.998	----	----	----

(1) **Quadro** - População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981, p.66.

(2) Censo Geral do Brasil, 1872.

(3) ARAÚJO, *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro...*, op. cit., p.6-7.

NC = não consta.

Obs.1: Para a percentagem da matrícula somei o número de livres do censo (1872) com os cativos da matrícula de 1872-73, para efeito de comparação.

Obs.2: Não foi possível verificar, mas provavelmente a Freguesia de Picada e a Freguesia da Barra tenham sido incorporadas a Freguesia de Pedras Brancas no censo de 1872, visto que a população de Pedras Brancas mais que quadruplicou entre os anos de 1858 e 1872.

Tabela 2 – População escrava por Freguesias de Porto Alegre, 1872

Freguesias	Quadro 1		Quadro 2		Diferença
	Nº	%	Nº	%	Nº
Madre de Deus	1.348	16,3	1.630	19,0	282
Dores de Porto Alegre	708	15,5	669	14,7	-39
Belém	654	23,2	846	28,1	192
Rosário	1.883	15,8	2.275	18,5	392
Aldeia dos Anjos	1.161	19,8	1.628	25,8	467
Viamão	1.564	22,7	1.722	24,4	158
Pedras Brancas	837	23,0	821	22,7	-16
Total	8.155	18,5	9.591	21,1	1.436

Quadro 1 - “Quadro geral da população da Paróquia”. Censo Geral do Brasil, 1872.

Quadro 2 - “População considerada em relação às idades”. Censo Geral do Brasil, 1872.

Compreendendo a Aldeia dos Anjos pelos inventários post-mortem

Destacamos que para compreender a tentativa insurrecional de 1863, buscamos delimitar a análise dos inventários⁶ da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 até 1870, neste recorte temporal foram levantados 198 inventários⁷. A análise destes dados possibilitou-nos verificar um padrão produtivo voltado para a agricultura (milho, feijão e mandioca) e para o fabrico de farinha de mandioca, havendo alguns casos uma atividade pecuária significativa (alguns médios e grandes estancieiros). Observa-se, ainda, grande parte da riqueza dos inventariados da Aldeia dos Anjos, nas décadas de 1840 e 1860, se concentrava principalmente em bens de raiz, escravos e animais, sendo o primeiro predominante sobre os outros bens avaliados, sendo os escravos, quase sempre, a segunda maior riqueza destes senhores.

Analisando os integrantes da família (Maciel, Alves, Sarmiento/Prates e Pahim) dos senhores dos escravos envolvidos no plano de levante, observamos que estes não se enquadravam no perfil de simples agricultores, com pequenas escravarias (ou nenhum cativo),

⁶ Conforme Osório, ao pensar sobre a forma de análise dos “grupos domésticos”, afirma que as principais fontes para esse tipo de estudo seriam: “[...] censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente, não dispomos desse tipo de fonte para o Rio Grande. Dessa forma, como apreender e determinar qual o tipo de força de trabalho predominante nessas unidades produtivas? *Os inventários post-mortem fornecem-nos uma série de dados que nos permitem aproximarmo-nos da questão. Recordemos, no entanto, que uma das distorções, ou limite, dessa fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população.*” (Grifo nosso) (OSÓRIO; 2007: 175)

⁷ Destacamos que para os dados da estrutura produtiva e da riqueza dos senhores, foram excluídos os inventários da década de 1850 (1851-1860), ficando para a análise 109 inventários das décadas de 1840 e 1860.

com poucos animais (ou sem nenhum) e quase sempre sem atafona⁸ para o fabrico de farinha. Apesar de encontrarmos resquícios de atividades agrícolas, temos que estes senhores pertenciam à parte dos inventariados mais abastados da Aldeia dos Anjos, na análise de seus inventários verificamos que sua produção aliava atividades de plantio (mandioca, milho e feijão), fabrico de farinha de mandioca (posse de atafona) e criação de *gado vacuum*⁹ sendo que 11 dos 20 senhores analisados eram médios ou grandes estancieiros, havendo - em alguns casos específicos - indícios de atividade tropeira, assim como possuíam em sua grande maioria médias e grandes escravarias (Quadro 2).

Os dados referentes aos familiares dos senhores dos insurgentes indicam que, provavelmente, os escravos desses senhores - principalmente os insurgentes - lidavam com uma variedade de atividades nessas propriedades senhoriais, tais como o cuidado com o gado, o plantio e a colheita (milho, feijão e mandioca), bem como o fabrico de mandioca. Essas eram atividades pouco comuns para grande parte dos escravos (40%) relacionados nos inventários entre os anos de 1841 e 1870, que trabalhavam em propriedades com pequenas escravarias (“1 a 9” cativos) e que, na maior parte dos casos, lidavam basicamente com a agricultura.

Pensando na estrutura de posse escrava, optamos por utilizar a divisão em três faixas tamanho escravaria: pequenas escravarias com “1 a 9” cativos, médias com “10 a 19” e grandes com “20 ou mais”. Para uma análise mais detalhada das pequenas e médias escravarias (“1 a 9” e “10 a 19” cativos), optamos por subdividi-las em quatro: para as pequenas, trabalhamos com as faixas de “1 a 4” e “5 a 9” cativos; já para as médias, com as faixas de “10 a 14” e “15 a 19”¹⁰. Esse detalhamento ajudará a compreender melhor as modificações que se perceberam com o tempo nessas pequenas e médias escravarias.

⁸ Moinho manual ou movido por bestas. FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1913, p.211.

⁹ Utilizamos a mesma definição, usada por Helen Osório, para *gado vacuum*, ou seja, “gado, reses, touros, novilhos, bois e vacas”. (OSORIO; 2007: 105). Foram encontrados também suínos e aves, mas optamos por não acrescentarmos estes a análise por haverem sido relacionados em alguns poucos inventários e em pouca quantidade.

¹⁰ Em todas as tabelas acrescentamos o valor total da pequena (1 a 9) e média escravaria (10 a 19), deixando destacados os números e porcentagens referentes a esse detalhamento.

Quadro 2 – Senhores dos insurgentes e relações familiares com os inventariados dos grupos familiares

	Senhor	Inventariado do grupo familiar	Ano Inventário	Relação familiar	Atafona	Gado Vacum	Escravidão
Prates/Sarmento	André Machado de Moraes Sarmento	Escolástica Rosa Joaquina	1849	Sogra	Sim	1	17
		Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	Enteada	Não	24	4
		Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	1ª esposa	Sim	239	29
		Leonor Inácia de Moraes	1860	Filha	Não	64	6
		José Joaquim Machado	1861	Genro	Sim	245	10
		Catarina Rosa de Oliveira	1863	Cunhada / Sogra	Sim	258	28
		Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	Enteada	Sim	11	12
		Felicidade Maria de Oliveira Prates	1878	Enteada	Sim	119	10
Maciel	Francisco Antônio Maciel	André Machado de Moraes Sarmento	1880	----	Sim	16	8
		Feliciano Inácia de Jesus	1852	1ª esposa	Sim	21	18
		Antonio Ferreira Maciel	1853	Pai	Sim	56	14
Pahim	Antônio Pahim de Andrade	Francisco Antônio Maciel	1868	----	Sim	0	16
		João Pahim de Andrade	1859	Irmão	Sim	218	10
		Ana Joaquina de Andrade	1864	Cunhada	Sim	111	3
		Dona Ana Pahim de Andrade	1868	Filha	Sim	1.350	1
Alves	José Antonio Alves	Antônio Pahim de Andrade	1872	----	Sim	1.082	14
		Manoel José Alves	1847	Avô	Sim	143	12
		Florência Antônia de Jesus	1863	Mãe	Sim	705	20
		João Antônio Alves	1870	Irmão	Sim	4	1
		Felisbino Antônio Alves	1877	Pai	Sim	286	9

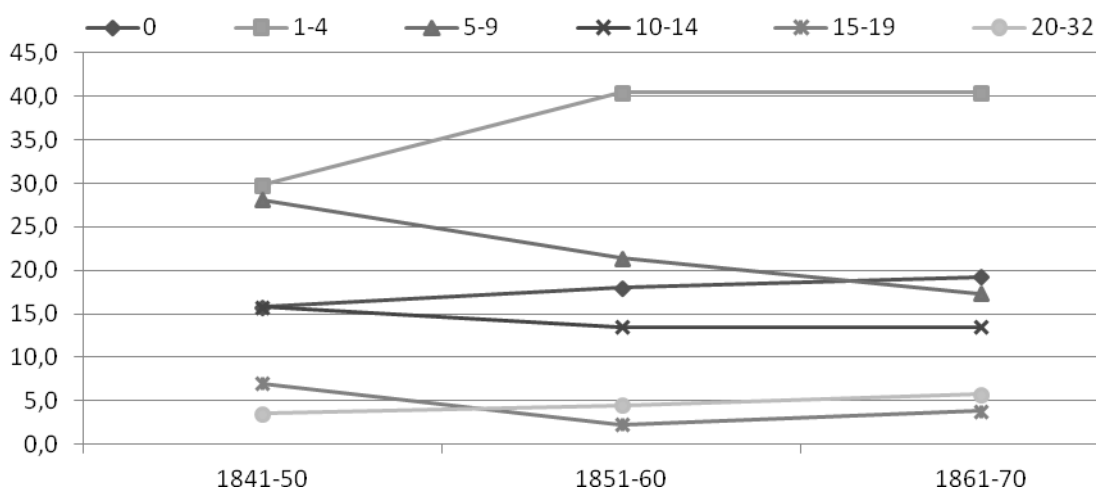


Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Analisando a posse escrava da Aldeia dos Anjos, constatou-se que os inventariados, entre as décadas de 1840 e 1860 respectivamente, com: **“1 a 4” cativos** representavam 29,8% (17) e 40,4% (21) dos inventariados, **“5 a 9”** eram 28,1% (16) e 17,3% (6), **“10 a 19”** eram 22,8% (13) e 17,3% (9) e **“20 ou mais”** eram 3,5% (2) e 5,8% (3). Estes dados apontam que enquanto as pequenas escravarias com “5 a 9” cativos e as médias com “10 a 19” se reduzia, as pequenas, com “1 a 4” cativos, e as grandes com “20 ou mais” estava crescendo (Gráfico 1)¹¹.

Os dados acima destacados indicam como a estrutura escravista da Aldeia dos Anjos estava se concentrando, principalmente após 1850, nas mãos de alguns poucos senhores da localidade, considerando que os inventários representam uma pequena parcela da população, podemos afirmar que essa concentração, provavelmente, era bastante superior ao percentual de inventariados. Deve-se ressaltar que a presença escrava manteve-se forte na sociedade da Aldeia dos Anjos pelo menos até final da década de 1860.

Gráfico 1 – (%) Inventariados com e sem escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870



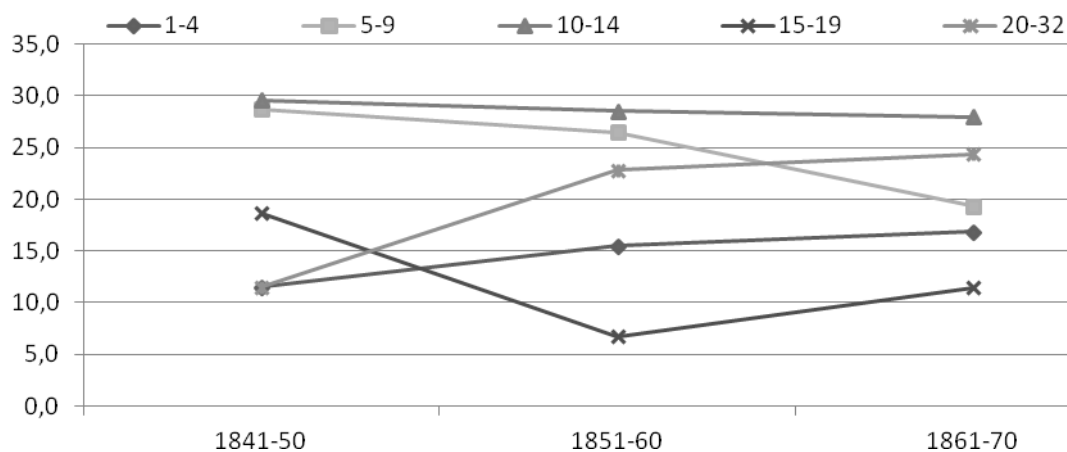
Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

A afirmação de uma concentração escrava se fortalece ao observarmos o percentual do número de escravos nos inventários, pelas faixas tamanho escravaria (Gráfico 2), entre a década de 1840 e 1860 teríamos respectivamente nas de: **“1 a 4” cativos**, 11,5% (40) e 16,8%

¹¹ Considerando somente os inventários com escravos, teremos os seguintes percentuais, respectivamente para as décadas de 1840 e 1860: **“1 a 4” cativos**, 35,4% e 50%, **“5 a 9”**, 33,3% e 21,4%, **“10 a 19”**, 27,1% e 21,4% e **“20 a mais”**, 4,2% e 7,1%.

(47), “5 a 9”, 28,7% (100) e 19,4% (54), “10 a 14”, 29,6% (103) e 28% (78), “15 a 19”, 18,7% (65) e 11,5% (32) e “20 ou mais”, 11,5% (40) e 24,4% (68).

Gráfico 2 – (%) Escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Considerando esta concentração e cruzando com as análises dos familiares dos senhores dos insurgentes, verificou-se que a posse de escravos entre os inventariados dos grupos familiares analisados também estava acima do padrão de estrutura de posse escrava (“1 a 9” cativos) apresentado para a localidade da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 e 1870, visto que grande parte desses senhores dos grupos familiares detinham médias ou grandes escravarias e, alguns poucos, possuíam pequenas escravarias (Quadro 2).

Os dados levantados e apresentados acima demonstram que os escravos participantes do plano de insurreição cativa da Aldeia dos Anjos, em 1863, não faziam parte de pequenas escravarias locais como imaginávamos no início da pesquisa, pelo contrário, em grande parte dos casos esses faziam parte das maiores escravarias da freguesia e lidavam com uma diversidade de atividades nas propriedades de seus senhores.

Para finalizar este artigo levantaremos algumas questões observadas ao cruzarmos os dados dos inventários, com as do processo-crime da tentativa insurrecional e dos registros de batismos, casamentos e óbitos¹². Entre estas observações destacaremos as relações familiares senhorias e como elas denotam a existência de uma rede de interação econômica entre seus integrantes, ou seja, acreditamos que os cativos das escravarias dos familiares dos senhores

¹² Devido a questões de limite de páginas não teremos como apresentar os dados de registros paroquiais e do processo crime que denotam esta interação. Para quem tiver interesse podem consulta-las em minha dissertação de mestrado. (PEDROSO; 2013)

dos insurgentes, desempenhavam as atividades produtivas tanto na fazenda de seu senhor como na de seus familiares conforme a necessidade de cada um destes proprietários. As questões que abordaremos a partir deste ponto se referem a quem eram esses escravos e como essas relações senhoriais poderiam interferir na vida destes cativos.

Considerações finais: Perfil escravo e observações sobre os fragmentos das redes de relações sociais e familiares

Analisando alguns aspectos da composição das escravarias da Aldeia dos Anjos, constata-se que entre as décadas de 1840 e 1860, estas passavam por significativas alterações: a primeira se refere a questão do sexo dos cativos. De forma geral havia, entre os anos de 1841 e 1870, uma predominância de escravos homens, que eram 60,1% (672), observando a década de 1840 constata-se que estes representavam 62,4% (217) dos cativos da localidade, mas na década de 1860 estes eram 56,6% (158), ou seja, entre 1841 e 1870 as mulheres escravas aumentam sua representatividade percentual em relação aos homens escravos.

Gráfico 3 – Preço médio em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, 1845-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Obs.: O gráfico inicia no ano de 1845, pois não houve escravos nesta faixa etária avaliado em 1841.

A queda percentual na população escrava masculina passa a ocorrer já na década de 1850, talvez indicando que as mulheres adquirem maior importância nas escravarias, principalmente após o fim do tráfico negreiro (1850) quando a única maneira de adquirir cativos é pelo tráfico interno de escravos ou pela reprodução endógena, sendo assim as

mulheres se valorizaram no momento entre a 1850 (Lei Euzébio de Queiroz) e 1871 (Lei do Ventre Livre), como podemos verificar na análise do preço dos cativos nos inventários entre os anos de 1845 e 1870 (Gráfico 3).

Pensando a questão do sexo do cativo e cruzando com o dado da procedência cativa verifica-se que, entre 1841 e 1870, os escravos africanos representavam apenas 35% dos escravos da região, mas observando o sexo dos cativos, temos que no caso dos homens, na década de 1840 os africanos eram maioria 55,6% (75), na década de 1850 esses passam a ser 47,5% (84) dos cativos presentes nos inventários, caindo ainda mais na década seguinte quando são representados apenas 28,6% (30)¹³.

Tabela 25 – (%) Procedência por sexo cativos, 1841-1870

	Mulheres					Homens					Total
	Africano	%	Crioulo	%	Total	Africano	%	Crioulo	%	Total	
1841-50	20	27,8	52	72,2	72	75	55,6	60	44,4	135	207
1851-60	21	16,8	104	83,2	125	84	47,5	93	52,5	177	302
1861-70	11	14,9	63	85,1	74	30	28,6	75	71,4	105	179
Total	52	19,2	219	80,8	271	189	45,3	228	54,7	417	688

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Outra questão se centra no aumento percentual dos escravos jovens (“0 a 14” anos), tanto na década de 1850 quanto na de 1860, indicando um provável processo de reprodução endógena nas escravarias da região. Comparando esses dados com os casos das escravarias dos grupos familiares senhoriais, percebe-se que a reprodução endógena estava presente nas escravarias nas quais os escravos insurgentes viveram, indicando que, tanto os senhores dos escravos participantes do levante como seus familiares, adotaram a estratégia de ampliar as escravarias incentivando à reprodução endógena dos cativos. A grande maioria dos cativos eram filhos de mulheres de uma mesma escravaria, aumentando assim, substancialmente, a possibilidade da constituição de laços familiares, como se verifica ao analisar os relatos do processo-crime e os registros paroquiais que demonstram como os escravos insurgentes tinham relações familiares (pai, mãe, irmão e sobrinho) estabelecidas nas escravarias das quais faziam parte, assim como na de familiares de seus senhores.

¹³ As escravas africanas sempre foram minorias frente às crioulas, visto que entre as décadas de 1840 e 1860 representavam percentualmente, respectivamente, 27,8% (20), 16,8% (21) e 14,9% (11).

Partindo do pressuposto de que na Aldeia dos Anjos havia poucas médias e grandes escravarias e de que os escravos insurgentes faziam parte delas, justamente nas quais, conforme a bibliografia, o estabelecimento de relações familiares e de solidariedade dos cativos seria mais propício e estas estavam diretamente relacionadas às redes de relações senhoriais. Além disso, na busca dos senhores por manter sua riqueza dentro do grupo familiar, por meio de diversas relações endogâmicas que aproximavam os senhores dos insurgentes (cunhados, genros, primos, sobrinhos) acabaram aproximando os cativos de suas escravarias, o que possibilitou, ou pelo menos facilitou, a constituição de laços familiares e de solidariedade entre esses escravos.

A estrutura de relações dos grupos familiares sofre um pequeno abalo entre as décadas de 1850 e 1860, quando diversos integrantes faleceram, iniciando, assim, um processo de partilha de bens, em que os escravos vão ser repartidos entre os herdeiros. Acreditamos que as relações (familiares e econômicas) senhoriais acabaram interferindo, direta ou indiretamente, nas relações dos escravos e no seu modo de vida, principalmente quando se observa as questões das partilhas. Tal alteração poderia exigir dos escravos uma remodelação de suas ações dentro do sistema escravista no qual viviam, visto que mesmo que ainda mantivessem o contato com seus antigos companheiros de cativeiro, estes ingressavam em uma nova forma de domínio, que provavelmente não manteria a mesma rotina diária que seu “velho senhor” permitia a estes escravos, principalmente se tratando da mobilidade espacial necessária para manter o contato com seus companheiros e familiares que não mais viviam juntos.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de.. *Rebelião escrava e política na década de 1830: o impacto da revolta de Carrancas*. In: VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro*. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>.

FREIRE, Jonis. *Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX)*. *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011.

KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2006. (Tese de Doutorado).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativeiro (Taquari - RS - século XIX)*. In: *Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio*, ANPUH/RS, 2012.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

PIROLA, Ricardo Figueiredo. Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: assassinatos de senhores em Campo dos Goytacazes (1873). In: *VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2013*. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.